|  | CONGRESSO NACIONAL |
|--|--------------------|
|--|--------------------|

| T1001  | $\Delta$     | 7                                       | -   |
|--------|--------------|-----------------------------------------|-----|
| H., I. | M            | 114                                     | . / |
|        | $\mathbf{v}$ | ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, | L   |

| APRESENTAÇ                                | ÃO DE EMENDAS                  |                       |                       | ≣         |
|-------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|
| MEDIDA PROVISÓ                            | PRIA Nº 761/20167              |                       |                       | 99-19     |
|                                           | Autor<br>Dep. Carlos Zarattini |                       | Partido<br>PT         | 7336.3276 |
| 1X Supressiva                             | 2 Substitutiva                 | 3Modificativa         | 4Aditiva              |           |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO                      |                                |                       |                       |           |
| Suprima-se o §9º d<br>Provisória 761/2016 | o Art. 5º da Lei 13.189        | 9, de 2015 incluído p | elo Art. 3º da Medida |           |

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Governo enviou ao Congresso Nacional a MP nº 761, para alterar a Lei 13.189, de 2015, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego – PPE, visando, quase exclusivamente alterar o nome do programa e estendê-lo por mais 1 ano. É o reconhecimento do valor do referido programa instituído pela Presidenta Dilma Rousseff para a garantia do emprego em condições reais de sua sustentabilidade para empresas produtivas do país, no período de enfrentamento da crise financeira em curso. Segundo, a vaidade do atual governo impõe, por Medida Provisória, alterações na denominação do programa apenas para criar a falsa ideia de que tomou alguma iniciativa, quando na verdade são mantidos os propósitos originais do programa, sendo absolutamente dispensável a mudança da nomenclatura, assim como equivocadas algumas alterações de regras que são objeto de outras emendas apresentadas por parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Nesse contexto, a presente emenda tem como objetivo suprimir uma perigosa alteração trazida na MP que prejudica os trabalhadores das empresas que aderirem ao Programa. Muito <u>preocupante a dispensa dos termos aditivos dos acordos coletivos para o caso de mudança do percentual de trabalhadores alcançados, bem como de mudança nas determinações quanto a jornada e ao salário a <u>serem reduzidos</u>. Esse dispositivo não pode ser mantido, sob pena de não dar segurança aos trabalhadores de plena ciência das condições que impactam em suas vidas laborais.</u>

| PARLAMENTAR |                               |  |
|-------------|-------------------------------|--|
|             |                               |  |
|             |                               |  |
|             |                               |  |
|             | Don Carles Zarattini DT/SD    |  |
|             | Dep. Carlos Zarattini – PT/SP |  |
|             |                               |  |